

O potencial da literacia midiática e informacional para a participação político-cidadã: a experiência das juventudes brasileiras

Aline Cristina Camargo¹

Palavras-chave: cidadania; juventudes brasileiras; literacia midiática; participação político-cidadã; tecnologias digitais.

Introdução

Este artigo propõe uma reflexão sobre as possibilidades de o letramento midiático e informacional atuarem como ferramentas de cidadania a partir da criação de oportunidades de atividades de participação político-cidadã desempenhadas pelas juventudes brasileiras, no contexto de usos e apropriações de tecnologias digitais. Para tal, foram aplicados 500 questionários eletrônicos a brasileiros com idades entre 15 e 29 anos das cinco regiões brasileiras, bem como entrevista episódica com 30 respondentes com o objetivo de mapear, entre outras questões, as principais modalidades de participação política desempenhadas e o potencial do letramento midiático e informacional para o exercício destas práticas.

Propõe-se a discussão da importância da literacia midiática como meio de educação para as mídias e de educação cidadã, com o objetivo final da participação política, seja ela online ou offline, institucionalizada ou não. Ao longo das etapas de realização da pesquisa² que originou este trabalho, verificou-se a necessidade de se relativizarem os discursos majoritários que enfatizam o caráter supostamente democratizante das tecnologias digitais, em especial a internet, uma vez que a rede produz e reproduz hierarquias, exclusões e desigualdades muito semelhantes às existentes nas sociedades e nos seus ordenamentos, e também as mesmas assimetrias nos planos econômicos, político-ideológicos, comportamentais e culturais.

Assim, as ferramentas e plataformas digitais da internet podem ser potencialmente democratizadoras se conseguirem promover uma comunicação “mais horizontal, interativa e solidária e buscarem uma ordem mais justa e igualitária mediante a maior

¹ Doutora em Mídia e Tecnologia, pela Universidade Estadual Paulista Unesp/Bauru. Professora substituta do Departamento de Comunicação Social Unesp/Bauru.

² Pesquisa de doutorado intitulada “Usos e apropriações de tecnologias digitais para a participação político-cidadã: as perspectivas das juventudes brasileiras”, disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/192739>. Acesso em: 10 jul. 2021.

autonomia social frente ao Estado e ao mercado”. Acredita-se que “as novas tecnologias digitais podem colaborar na criação ou sustentação de órgãos de poder e participação cidadã que ampliam e reformulam as formas de ação e interlocução dos sujeitos” (SIERRA, 2006, p. 139).

É preciso considerar que a internet fornece aos brasileiros um conjunto de ferramentas que são importantes para o ativismo e a participação política no espaço social e midiático. Com o desenvolvimento e a popularização da internet iniciaram-se as discussões em torno do potencial social, político e democrático da rede mundial de computadores. A internet oferece variedades crescentes de informações, reduz os custos de participação política e permite que os diferentes participantes possam se envolver no diálogo a partir da troca de e-mails, chats e grupos eletrônicos de discussão.

As redes do ciberespaço representam um meio de comunicação com recursos de interação sem precedentes quando comparadas aos meios analógicos e podem fornecer diversos canais para os cidadãos se comunicarem diretamente, trocarem informações, consultarem e discutirem de forma imediata, além de serem serviços com custos e com exigência de conhecimentos tecnológicos relativamente acessíveis para a maioria das pessoas das diversas camadas sociais.

Para além disso, as comunidades virtuais estão criando plataformas adicionais importantes para facilitar a participação cidadã na esfera pública do ciberespaço, seja de natureza política, profissional ou cultural. Também os autores e especialistas dos diversos campos de pesquisa e do conhecimento contemporâneo alimentam relevantes discussões sobre os papéis e os efeitos da internet entre sociedades e indivíduos cada vez mais “digitalizados e conectados”. Neste sentido, este artigo busca trazer elementos para a discussão sobre o potencial da literacia midiática para a participação política de jovens brasileiros a partir da revisão de temas como i) juventudes brasileiras, ii) participação política no ambiente digital; iii) literacia midiática e informacional e iv) uso político das tecnologias como ferramentas emancipadoras.

A(s) Juventude(s) brasileira(s)

O contexto contemporâneo das juventudes brasileiras é um ambiente de desigualdades profundas, não apenas no que diz respeito ao acesso a direitos básicos, como moradia, saúde, educação e trabalho, mas são ampliadas a partir da violência, física e simbólica, a que são acometidos no contexto do exercício de sua identidade, a partir das faces perversas presentes nas questões, de gênero e de orientação sexual, por exemplo.

A faixa etária classificada como jovem varia de acordo com a instituição referenciada. No Brasil, a PEC da Juventude³ aprovada em 2010 e o Estatuto da Juventude⁴ sancionado em 2013 classificam como jovem no Brasil, todo cidadão que se encontre entre 15 e 29 anos de idade. Considerando a juventude como uma categoria social, o conceito vai além do estabelecimento de uma faixa etária, no sentido de limites etários restritos, no entanto, por uma questão prática científica serão considerados jovens nesta pesquisa os indivíduos com idade entre 15 e 29 anos.

Desde o marco da Sociologia da Juventude norte-americana surgida a partir da década de 1920, há uma variedade de pesquisas que tratam o tema. Há, também, uma variedade de abordagens sobre esta etapa da vida. Sendo assim, é preciso considerar as múltiplas juventudes, de acordo com as condições sociais e históricas.

Pais (1990) contextualiza a existência de duas tendências a respeito da sociologia das juventudes. A primeira, segundo ele, define as juventudes como constituídas por indivíduos pertencentes à mesma fase da vida e que partilham de aspectos uniformes e homogêneos nesta fase, fazendo parte de uma mesma cultura juvenil. A segunda é composta por indivíduos diversificados, com diferentes culturas juvenis, ou seja, universos sociais sem nenhuma relação em comum. Pais (1990) ainda define cultura juvenil como práticas, crenças, regras e preceitos que uma parcela de jovens tende a compartilhar.

A percepção da juventude como categoria social se fortalece a partir da segunda metade do século XX no contexto da urbanização, que fez dos jovens alvos de preocupação do Estado e de setores sociais, principalmente no que diz respeito aos temas da educação, trabalho e marginalidade. As juventudes também tiveram destaque como protagonistas do consumo de bens culturais e simbólicos no contexto da indústria cultural, a partir do avanço técnico e da expansão dos meios de comunicação.

Tem-se a juventude como categoria conceitualmente imprecisa, uma vez que abarca situações e contextos distintos. Assim, para além da categoria natural ou biológica, é preciso considerar as juventudes como construção social.

De acordo com informações do IBGE divulgadas em 2018, os jovens representam um quarto da população do país, o que representa um total de mais de 48,5 milhões de

³ Disponível em: <https://bibliotecadigital.mdh.gov.br/jspui/handle/192/153>. Acesso em: 10 jul. 2021.

⁴ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/112852.htm. Acesso em: 10 jul. 2021.

jovens de 15 a 29 anos vivendo, atualmente, no Brasil, sendo 84,8 % nas cidades e 15,2 % no campo. Segundo dados do IBGE (2018)⁵, dos 48,5 milhões de brasileiros entre 15 e 29 anos, 23% não estudavam ou trabalhavam em 2017.

Este mesmo estudo aponta que o ingresso no mercado de trabalho ocorre, predominantemente, aos 18 anos, e é marcado por desigualdades sociais: Os jovens de renda mais elevada estão sujeitos a menores índices de desemprego. A chamada “inatividade juvenil” atinge mais intensamente jovens mulheres e negras. Os trabalhos informais são ocupados, sobretudo, por jovens de baixa renda e baixa escolaridade, mulheres e principalmente por jovens negros de ambos os sexos.

O Ipea (2018) identificou um aumento no número de anos que um jovem permanece na escola. Em 2001, jovens entre 15 e 17 anos permaneciam em média 6,6 anos na escola. Em 2004, esse número subiu para 7,1 e em 2014 para 8,8. Entre 18 e 19 anos, o crescimento foi de 7,9 anos em média na escola em 2004 para 10,4 em 2014. Os jovens com idades entre 20 e 24 anos passaram de oito de escolaridade para 11, 1. Embora o número de anos que o jovem estuda tenha apresentado um crescimento expressivo, segundo dados do Ipea (2018), houve um decréscimo no número de matrículas no mesmo período no Ensino Médio. Em 2004, foram 9,2 milhões de matrículas. Em 2014, esse número caiu para 8,3 milhões (IPEA, 2018⁶).

Com uma distribuição de gênero similar (49,6% homens e 50,4% mulheres), seis em cada dez entrevistados declararam-se de cor parda (45%) ou preta (15%) e 34% da cor branca. No levantamento da Secretaria Nacional da Juventude (SNJ)⁷, a proporção de jovens que se diz preta é maior (15%) do que a identificada pelo Censo (7,9%), e a Secretaria acredita em uma tendência de crescimento de autodeclaração da cor preta. Ainda segundo a pesquisa da SNJ, 66% dos jovens brasileiros são solteiros e 61% vivem com os pais. 40% dos jovens têm filhos.

Em relação ao uso das tecnologias, a pesquisa evidenciou que 80% dos jovens usam computadores e internet, e 89% têm celular. Quando questionados sobre os problemas que mais preocupam a juventude brasileira as temáticas mais citadas foram:

⁵ Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101631_informativo.pdf. Acesso em: 10 jul. 2021.

⁶ Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9293/1/TD_2470.pdf. Acesso em: 10 jul. 2021.

⁷ Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/secretaria-nacional-da-juventude>. Acesso em: 10 jul. 2021.

violência e a segurança do país (43%), emprego ou profissão (34%), saúde (26%) e educação (23%). Segundo a pesquisa, 51% dos jovens já perderam alguém próximo em razão da violência. As vítimas, na maioria dos casos, eram amigos (18%) e primos (12%), ou seja, companheiros de geração.

Entre os assuntos que os jovens consideram mais importantes para serem discutidos pela sociedade destacam-se: desigualdade social e pobreza (40%), drogas e violência (38%), política (33%), cidadania e direitos humanos (32%), educação e futuro profissional (25%), racismo (25%), meio-ambiente e desenvolvimento sustentável (24%).

A política é valorizada pela maioria dos jovens: 83% dos jovens acham que a política é ‘muito’ ou ‘mais ou menos’ importante. E apenas 16% acham que a política não é nada importante. O valor atribuído à política cresce conforme aumenta a renda: 47% dos jovens de estratos de renda baixa consideram a política muito importante, opinião que é compartilhada por 56% dos entrevistados de estratos médios e por 70% dos de alta renda.

A participação política no ambiente digital

As inovações no campo comunicacional introduzidas pela internet têm modificado os vários âmbitos da atividade humana, haja vista sua capacidade de criação e circulação da informação de maneira instantânea e descentralizada. Tal fato modifica as relações entre os indivíduos, tornando mais fácil o acesso a diferentes fontes de informação e a interação. Neste contexto, instituições de diferentes finalidades necessitam compreender as potencialidades do mundo digital buscando a inserção no mesmo.

Observa-se que a internet tem produzido significativas modificações nas várias esferas da vida humana, inclusive no campo político. Neste contexto, os cidadãos, sobretudo os jovens, têm encontrado nela um meio de mobilização e participação política, principalmente com a emergência da Web 2.0.

Ainda assim, embora as tecnologias estejam mudando a forma de fazer política, continuamos com as instituições do século XIX, que já não têm capacidade de canalizar de forma real as necessidades daqueles que representam. Tal cenário gera mobilizações políticas que buscam uma nova configuração político-social. Ao mesmo tempo, às margens do poder atual, surgem novas formas de fazer política, com base na confiança mútua, na colaboração e no estabelecimento de direitos de cidadania a partir da cultura participativa.

Neste cenário, tecnologias sociais, descentralizadas e abertas, atuam como ferramentas de inclusão, educação e participação e há um movimento de apropriação de tecnologias para a ação coletiva. Assim, há novas formas de ação coletiva com infraestrutura de mobilização do cidadão que transforma a indignação em insurgência.

O século XXI apresenta a política isolada da sociedade. Líderes tradicionais, partidos políticos e instituições públicas sofrem uma crise de legitimidade e credibilidade. Apatia, falta de interesse na questão política, queda no número de comparecimento eleitoral⁸ - especificamente entre jovens⁹ - e baixa adesão a partidos eleitorais e sindicatos, por exemplo, são algumas das consequências da atual situação do país.

Se por um lado há indícios de desconfiança nas instituições políticas tradicionais, por outro há a proliferação de formas não convencionais de participação, marcadas pela cidadania informada e ação coletiva. Alguns movimentos, como o #VemPraRua brasileiro, o #YaMeCansé mexicano e #Yasunidos equatoriano são exemplos de manifestações de massa na América Latina. Esse cenário é consequência da retirada das liberdades, da qualidade da governança e da redução da proteção dos direitos civis e políticos. O sucesso de Trump nos EUA, a opção pelo Brexit no Reino Unido, a ascensão da Frente Nacional na França, o Partido da Liberdade da Áustria e, mais recentemente, a escolha de Jair Bolsonaro no Brasil são expressões desse processo ao redor do mundo.

Por outro lado, é possível identificar uma perspectiva mais horizontal de ação política baseada no uso de tecnologias digitais. Embora este contexto seja marcado por desigualdades de acesso, são observadas novas formas de intervenção política, por exemplo, a partir do uso da Internet, apresentada como um espaço privilegiado para a participação não convencional.

Literacia midiática e informacional

Um dos atributos positivos da internet é a possibilidade que os ambientes e dispositivos digitais oferecem para acesso *online* à informação e ao conhecimento. Nesse aspecto, a falta de acesso ao meio não se restringe, unicamente, a uma questão técnica de ausência de infraestrutura física ou de recurso financeiro para o uso do serviço.

⁸ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/numero-de-eleitores-que-foram-as-urnas-cresceu-nas-cidades-com-biometria-obrigatoria.shtml>. Acesso em: 10 jul. 2021.

⁹ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/numero-de-eleitores-que-foram-as-urnas-cresceu-nas-cidades-com-biometria-obrigatoria.shtml>. Acesso em: 10 jul. 2021.

No ambiente digital, o desafio da atividade política parece ainda maior, uma vez que além do letramento político, necessário tanto para o mundo virtual quanto para o físico, somam-se as complexidades do letramento digital, por exemplo.

A utilização da tecnologia depende do ensino de métodos que possibilitem que as pessoas tenham maior habilidade para transitar nos ambientes digitais e explorar seus potenciais. A internet pode ser utilizada para diferentes fins – comerciais, domésticos, políticos, culturais, de entretenimento e sociabilidade, entre outros. Por vezes, no entanto, este uso se limita apenas às questões comerciais ou de entretenimento e sociabilidade, tendo em vista justamente a falta de letramento, de aptidão e conhecimento do usuário a respeito do grau máximo de aproveitamento das possibilidades que a rede oferece.

De acordo com Silva, Ziviani e Ghezzi (2019, p. 35):

Ser letrado digitalmente significa dominar não apenas as ferramentas, mas também determinadas habilidades e competências necessárias à compreensão do mundo digital. Tais habilidades e competências referem-se às práticas letradas e à capacidade do usuário de atribuir sentido aos ícones e símbolos vistos na tela, tanto em práticas de leitura quanto de escrita, assim como de compreender imagens, sons, disposição e escolha das informações por meio dos hipertextos. A questão do hipertexto nos ambientes digitais traz uma complexidade ainda maior à prática letrada, o que faz com que o acesso à internet esteja associado não apenas ao equipamento e ao serviço, mas, sobretudo, à destreza no seu uso, habilidades que englobam questões como educação e letramento digital.

O letramento midiático consiste na “habilidade para acessar, compreender e criar comunicação, numa variedade de contextos (midiáticos)” (OFCOM, 2004, documento eletrônico). Portanto, trata-se de um conjunto específico de habilidades e capacidades de natureza midiática, tecnológica e cultural, que são socialmente constituídas pela exposição aos artefatos e dispositivos midiáticos. Tais habilidades mostram-se ainda mais necessárias no contexto atual de desinformação e disseminação das chamadas fake news³³.

Tyner (1998) considera que uma pessoa devidamente letrada no quesito informacional é capaz de compreender os mecanismos pelos quais a mídia molda a configuração de seu próprio discurso, os seus estilos, suas intenções e os limites de cada linguagem – e todos esses conhecimentos são fundamentais para a compreensão do meio em que a informação se encontra e, até mesmo, para criar informação.

No caso do jovem brasileiro, a exposição às mídias, sem qualquer articulação formal do letramento necessário para que ele compreenda a amplitude dos processos comunicacionais aos quais está sujeito e dos quais também é agente, lhe dá oportunidades

incipientes de exploração das possibilidades tecnológicas e o coloca numa posição passiva em relação ao sistema em que se insere:

Pessoas letradas em mídia deveriam ter habilidades para saber reconhecer em que medida o produtor está tentando influenciá-las de alguma forma, e deveriam saber interagir com o programa, usando os recursos de interatividade [...] As pessoas deveriam também ser capazes de usar as tecnologias de comunicação para criar seus próprios conteúdos em áudio e vídeo. (OFCOM, 2007, documento eletrônico).

Segundo Carolyn (2013), a alfabetização midiática proporciona aos cidadãos as competências necessárias para buscar e usufruir plenamente dos benefícios desse direito humano fundamental. Assim, de acordo com documento da Unesco, a alfabetização informacional enfatiza a importância do acesso à informação e a avaliação do uso ético dessa informação. Por outro lado, a alfabetização midiática enfatiza a capacidade de compreender as funções da mídia, de avaliar como essas funções são desempenhadas e de engajar-se racionalmente junto às mídias com vistas à autoexpressão.

Uso Político Das Tecnologias Como Ferramentas Emancipadoras

Com a gradual redução do custo dos serviços nacionais e internacionais de comunicação a partir da expansão da Internet comercial, muitos pesquisadores dos meios e tecnologias de comunicação, muitos ativistas políticos, sindicais e de movimentos sociais avaliavam que o uso das novas tecnologias de informação resultaria na democratização do acesso às redes, de dispositivos e aplicativos, mesmo entre as camadas pobres das sociedades. Assim, as novas tecnologias e meios digitais facilitariam, e até estimulariam, a crescente participação dos segmentos sociais mais conscientes e mobilizados, uma situação que poderia produzir movimentos engajados nas lutas em defesa de incontáveis pautas da cidadania contemporânea. Afinal, em países e sociedades democráticas, os direitos coletivos devem ser respeitados e defendidos por todos. Entusiastas da e-democracia apontavam que “as novas tecnologias podem promover discurso aberto e racional, a igualdade de participação e a inclusão de diversos pontos de vista” (NOVECK, 2010, p. 60).

Há mais de uma década Scolari (2008, p. 97) afirmava que estaríamos diante de um novo paradigma da comunicação, em que a nova realidade das comunicações digitais apresentaria usuários ativos, novos formatos e linguagens e formas coletivas de geração de saber. Naquele contexto prenunciado por Scolari, “o usuário pode escolher entre

diferentes conteúdos, manipulá-los, reproduzi-los, retransmiti-los e regular seu tempo de consumo”.

Para o autor (2008, p. 96), naquele contexto de contraposição entre a web 1.0 e a web 2.0, —a informação sempre é selecionada ou buscada, nunca simplesmente recebida, fator que desencadearia uma ação ativa e autônoma dos usuários das novas mídias. Mas, Scolari também já previa que “os novos meios exigem diferentes níveis de atividade a diferentes usuários (não todos dispostos a interagir da mesma maneira)” (SCOLARI, 2008, p. 96).

Jenkins (2015), ao analisar o contexto de convergência dos meios, e as presumidas culturas participativas e a inteligência coletiva, também dizia que é preciso considerar o fluxo de conteúdo, a partir do desenvolvimento de múltiplas plataformas de mídia, que instigaram um comportamento migratório dos públicos dos tradicionais veículos de comunicação, para os novos meios e ambientes comunicativos digitais. Levinson, ao revisar obras de McLuhan (1994), buscando compreender as sociedades atuais diante das transformações culturais e comunicativas provocadas pelos novos meios e recursos digitais, ainda no início da internet, também avaliou que circulação de conteúdos midiáticos dependia da participação ativa dos usuários ao utilizarem as novas redes e os recursos informáticos (LEVINSON, 2009).

São análises sobre mudanças havidas entre a figura do antigo consumidor de fluxos de conteúdos verticalizados difundidas pelos veículos analógicos, e a figura do ‘internauta’, o novo usuário de meios interativos de comunicação, um público ávido pelo acesso aos instrumentos digitais não somente para consumir informações, mas também para interagir, questionar e republicar as mensagens recebidas pela infinidade de produtores de uma enorme diversidade informações, cuja origem não se restringe mais aos territórios, às culturas, ou aos mercados nacionais.

Embora Levinson (2003) fizesse naquele período pioneiro e até romântico da Internet, uma análise otimista e plenamente ‘integrada’ (no sentido definido por Humberto Eco), de que o ‘internauta’, além de consumidor dos conteúdos disponibilizados pelos incontáveis produtores e publicadores da rede mundial de computadores, também poderia ser produtor de conteúdo, Levinson mostrou-se tão convicto de sua predição sobre internautas produtores de conteúdo, que resgatou o neologismo prosumidor (derivado da palavra inglesa prosumer), termo cunhado por Alvin Toffler, no livro *The Third Wave* (1980).

As mudanças provocadas a partir do desenvolvimento de tecnologias digitais e a convergência dos meios têm influenciado a maneira como os cidadãos fazem uso dos meios de comunicação e evidenciado que a partir da digitalização das tecnologias e dos meios de comunicação o fenômeno da convergência representa mais do que uma mudança nas tecnologias de consumo:

A convergência das mídias é mais do que apenas uma mudança tecnológica. A convergência altera a relação entre tecnologias existentes, indústrias, mercados, gêneros e públicos. A convergência altera a lógica pela qual a indústria midiática opera e pela qual os consumidores processam a notícia e o entretenimento [...] A convergência refere-se a um processo, não a um ponto final. (JENKINS, 2008, p. 43).

A emergência das chamadas sociedades de informação (CASTELLS, 1999) foi acompanhada durante os anos 1990 por um discurso revigorante de democratização dos meios hegemônicos de comunicação, e da ampliação da participação política das diversas camadas sociais pelos novos canais virtuais. Alguns autores e analistas otimistas chegaram a prever um suposto controle de uma ágora eletrônica, manejada por organizações coletivas de cidadãos conectados que podiam exercer o controle de grandes quantidades de informações de interesse social, disponíveis no ciberespaço a partir de um 'clique'.

Os setores políticos e econômicos tradicionais assumiram rápido o controle dos recursos participativos digitais, exatamente por ter mais dinheiro e dispor dos mecanismos de controle de acesso e apropriação dos meios mais eficientes e organizados globalmente pela inteligência econômica e militar. Assim, repetem-se, com mais eficiência graças aos algoritmos e os sistemas de rastreamento e espionagem digital, as formas de controle dos antigos meios, da radiodifusão, da publicidade e da imprensa, que foi a pioneira da comunicação comercial de massa.

Além disso, a crise de legitimidade do sistema democrático representativo tradicional vigente na maioria dos países do mundo ocidental valoriza a experimentação de práticas democráticas participativas que buscam maior interferência popular nos processos políticos-democráticos. Historicamente, a difusão massiva das novas tecnologias e a produção e o consumo de conteúdos digitais têm ampliado a separação entre o material, o econômico e o ideológico. Com a emergência da cultura digital a visão

tecnocentrista reaparece na promessa de usuários ativos, o fim dos monopólios midiáticos e a diversidade de conteúdos disponíveis.

Assim a tecnologia assumiria uma dimensão neutra e se transformaria na solução das problemáticas sociais, enquanto se diluiriam as relações assimétricas de poder. No entanto, o que se vê é a presença das relações de poder no contexto das tecnologias, uma vez que as novas tecnologias de informação e comunicação constituem a plataforma por onde transitam os agentes da globalização.

Pode-se perceber que a difusão das TICs nas últimas décadas abre um leque de oportunidades para reconfigurar o sistema político. A velocidade de troca de informações, a interatividade promovida pelas redes sociais, o potencial das plataformas de participação popular, a disseminação do acesso à internet em computadores e celulares, entre outros, são fenômenos que alimentam a utopia de se avançar em novas técnicas e métodos visando à consolidação de uma efetiva democracia.

Neste contexto, faz-se necessária a análise sobre o processo de apropriação das tecnologias, entendido como um ato de força que se dá em um sistema assimétrico de distribuição de fluxos econômicos e culturais. O ato de apropriar-se subentende que seja algo de fora, alheio. No ato de apropriar-se as pessoas reivindicam uma necessidade, uma demanda, a falta de algo.

Neste sentido é preciso considerar as demandas sociais buscadas a partir das práticas de apropriação, ou seja, pensar a demanda social como alternativa às formas verticais de comunicação e possibilidade de construção de subjetividades políticas a partir do exercício da cidadania.

Assim, a apropriação pode ser entendida como um processo de autoaprendizagem pelo qual os indivíduos desenvolvem um sentido deles mesmos e dos outros, de sua história, de seu lugar no mundo e dos grupos sociais aos quais pertencem. Entender os usos e apropriações das tecnologias vai além da questão prática e instrumental de acesso e uso das ferramentas disponíveis (o que também é importante e estudado em diversas pesquisas). No entanto, é preciso centrar-se no reconhecimento da capacidade de construção de autonomia e liberdade dos indivíduos e suas comunidades. É preciso compreender o uso político das tecnologias na criação de novas formas de ação e interação social e no estabelecimento de novas relações sociais e de ações coletivas.

Mecanismos pelos quais os indivíduos são sujeitos autônomos no conjunto de suas práticas, as inovações tecnológicas possibilitam um ambiente novo e uma mudança cultural em diversos aspectos da vida cotidiana, entre eles o processo de participação

político- cidadã. A cada novo meio e/ou tecnologia disponibilizado, que não nascem neutros no sentido de que são produtos de uma evolução social e representam o anseio de seus criadores, a sociedade passa a lidar com novos padrões decorrentes de sua utilização e absorção cultural.

As inovações tecnológicas possibilitam gradualmente um ambiente novo, novos padrões de comportamento e consumo e profundas modificações culturais. As mudanças possibilitadas pelo uso de novas tecnologias reconfiguram a vida das pessoas e a forma como se relacionam.

Neil Postman procurou chamar a atenção dos cientistas quanto ao culto desmedido à tecnologia, em sua obra *Tecnopólio: a rendição da cultura à tecnologia* (POSTMAN, 1994). Seu texto representou um alerta para o fato de que, na evolução de uma sociedade centrada na técnica para o modelo de 'tecnopólio', ou seja, um modelo que é centrado na tecnologia, seria imperioso resguardar o sentido do ser humano e seu local central na cultura. O autor procura classificar as sociedades em três momentos de evolução: ferramentas, tecnocracia e tecnopólio, e se vale dessa divisão para uma análise, sobretudo ideológica, que passa pelas vantagens de cada nível de desenvolvimento, mas alerta, sobretudo, quanto aos possíveis problemas por ele vislumbrados em relação ao entusiasmo cético com os avanços tecnológicos.

O fato de a vida das pessoas ser mudada pela tecnologia é encarado como algo natural, e que as pessoas devem ser tratadas às vezes como se fossem maquinaria é considerado como condição necessária e lamentável do desenvolvimento tecnológico. Mas, nas tecnocracias, essa condição não é tida como filosofia da cultura. A tecnocracia não tem como objetivo um grande reducionismo, no qual a vida humana deva encontrar seu sentido na maquinaria e na técnica. O tecnopólio tem. (POSTMAN, 1994, p. 61).

Ao nos apresentar as nuances das tecnologias do passado e do presente, McLuhan apontou, com o conjunto de sua obra, que os meios de comunicação, notadamente os de massa, e a tecnologia influenciam mudanças físicas e mentais no homem e, por conseguinte, alteram comportamentos, padrões e a cultura. Se na Primeira Revolução Industrial a sociedade contava com um mundo linear, contínuo e mecânico, o novo mundo mostra-se 'audiotáctil' e eletrônico (MCLUHAM, 1994).

Uma vez que a sociedade contemporânea se apresenta cada vez mais conectada e a mobilidade digital permite a interação em tempo real com pessoas em (quase) todo o mundo, segundo o mesmo autor, o homem depara-se com uma característica

individualizada, em contraponto à antiga sensação de pertencimento a uma civilização ou cultura apenas.

As conceituações teóricas sobre a interface entre cidadania e novas tecnologias da informação apontam a emergência de um novo modelo de mediação social marcado pela singularidade de seus agentes e um novo marco de contradições que atravessam a nova divisão internacional do trabalho, assim como os processos de acesso e apropriação da tecnocultura, que evidenciam a centralidade da informação nas políticas de representação contemporânea.

São plurais as experiências de demandas de direitos que têm utilizado as tecnologias digitais, como os movimentos 15M, na Espanha, Cinco Estrelas na Itália, *Yo soy 132* no México e #Vemprarua, no Brasil; apenas para citar alguns exemplos. Estes novos processos de utilização das tecnologias digitais evidenciam a atuação de grupos conectados em um processo de reconfiguração do ecossistema cultural, político e midiático em torno das redes distribuídas de informação e conhecimento.

Neste sentido, a teoria crítica da mediação é impelida a definir novas abordagens conceituais e uma ecologia do saber comunicacional pensada a partir de maneiras marginais (não dominantes), considerando a centralidade do trabalho imaterial e das novas tecnologias digitais nos processos de participação e convivência cidadã.

A possibilidade aberta e ampliada pelos usos e apropriações das novas tecnologias digitais apontam a ruptura da produção midiática massiva. Assim, a centralidade da comunicação e das novas tecnologias apresentam-se como vetores das novas formas de sociabilidade, novos processos de desenvolvimento e construção coletiva que transcendem as formas assimétricas de globalização e mercantilismo, características primordiais do capitalismo.

Contra o Capitalismo Cognitivo, a apropriação social das novas tecnologias de informação e comunicação tende a derrubar um sentido centralista e acessar uma lógica na qual a interconectividade atende aos esforços individuais e coletivos de coesão.

Discussão dos Resultados

É possível identificar alguns fatores que historicamente têm incidido na configuração de um tipo de cultura política de caráter híbrido, “que mistura posturas favoráveis à democracia e predisposições negativas em relação às instituições políticas” (BAQUERO, 2003, p. 83). Neste cenário, destaca o autor, há condições favoráveis ao aumento do capital social e político, o que também aumentaria o poder dos cidadãos a

partir de sua maior inserção e participação na arena política. Por outro lado, Baquero (2003, p. 83) identifica em suas pesquisas —a ausência de capacidade cooperativa entre os brasileiros, o que poderia explicar os déficits de participação política e a consequente instabilidade democrática.

De acordo com Dalton (1999), alguns fatores da cultura política podem estar ligados à participação, como: i) Interesse por política: espera-se uma relação positiva e significativa com todos os tipos de participação, exceto a participação eleitoral; ii) Sensação de eficácia política interna: a crença na capacidade de influenciar a política também aumenta as chances de um indivíduo participar; iii) Sensação de eficácia política externa: de maneira semelhante, para que o indivíduo queira participar, é preciso que acredite que o regime político proporciona a ele chances de influenciá-lo efetivamente através de ações políticas; iv) Confiança política: o autor (1999) nota que autores diferentes encontram correlações diferentes entre participação política e confiança nas instituições políticas, mas há poucas dúvidas de que a confiança exerça algum tipo de efeito sobre a participação; v) Variáveis Socioeconômicas e demográficas: a) Educação, b) Renda, c) cidade em que vive, d) Gênero, e) Idade e ciclo de vida e f) Status ocupacional. Assim como também foi possível observar que há motivadores e desmotivadores da participação cidadã.

A fim de compreender como se dá a relação entre jovens brasileiros e a participação política, são apresentados e analisados os resultados das duas primeiras técnicas metodológicas: i) aplicação de 500 questionários eletrônicos para um público de jovens, com idade entre 15 e 29 anos, das cinco regiões do país; ii) realização de 30 entrevistas episódicas com jovens de 15 a 29 anos, das cinco regiões do país. Optou-se pela não identificação nominal dos respondentes, portanto são caracterizados por E (entrevistado) e sua idade.

Os resultados obtidos a partir da aplicação das técnicas metodológicas¹⁰ nos leva a duas tentativas de apreensão do mundo digital. A primeira delas consiste na abordagem pelo viés das práticas e dos hábitos dos usuários na internet. Por meio dela, procuramos compreender como os indivíduos se comportam, quanto tempo gastam nos ambientes virtuais, quais os perfis desses usuários, se estão mais propícios a produzir conteúdo ou compartilhar, por exemplo. Já a segunda tentativa relaciona-se à prática de atividades de participação política no ambiente virtual, sendo essa segunda dependente não apenas do

¹⁰ A íntegra dos resultados da pesquisa pode ser acessada em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/192739>. Acesso em: 10 jul. 2021.

acesso às tecnologias, mas também de outras questões como interesse; disponibilidade; acesso a recurso, competências midiáticas, entre outros.

Em diferentes momentos de aplicação da pesquisa, as mídias digitais também foram apresentadas por um lado como espaços favoráveis à participação e, por outro lado, ferramentas que dificultam a participação. Neste contexto dúbio é preciso considerar o papel da mídia, analógica ou digital, como ferramenta de visibilidade política, não apenas de figuras políticas, mas também, e principalmente, de temáticas que geram engajamento público e participação.

Após o surgimento e a popularização do acesso à web 2.0 a multidimensionalidade do fenômeno da participação ficou ainda mais evidente. As conceituações de participação mostram-se dinâmicas, uma vez que a concepção de modalidades convencionais e não convencionais de participação também têm sofrido mudanças, uma vez que tal denominação estaria mais adequada para o contexto dos anos de 1970 e não mais seria apropriada para diferenciar as modalidades de participação hoje, pois a maioria dos atos “não convencionais” daquele contexto teriam se institucionalizado nas realidades das democracias do século XXI.

Hacker e Dijk (2000, p. 4) apontam alguns efeitos potenciais sobre as democracias a partir da utilização das TICs e da comunicação mediada por computador (CMC): a) as TICs aumentam a escala e a velocidade do fornecimento de informações; b) a participação política online pode ser mais fácil, uma vez que certos obstáculos, como apatia, timidez, e falta de tempo podem ser reduzidos; c) a comunicação mediada por computador cria novas formas de organizar grupos específicos para discussão, diminuindo custos; d) a internet permite que novas comunidades políticas surjam sem intervenção do Estado; e) o sistema de hierarquia política torna-se mais horizontal, permitindo que os cidadãos tenham mais voz na criação de agendas para o governo.

Um dos atributos positivos da internet é a possibilidade que os ambientes e dispositivos digitais oferecem para acesso online à informação e ao conhecimento. Nesse aspecto, a falta de acesso ao meio não se restringe, unicamente, a uma questão técnica de ausência de infraestrutura física ou de recurso financeiro para o uso do serviço.

No ambiente digital, o desafio da atividade política parece ainda maior, uma vez que além do letramento político, necessário tanto para o mundo virtual quanto para o físico, somam-se as complexidades do letramento digital e do desenvolvimento de competências, por exemplo.

Neste sentido, foram selecionadas algumas falas dos jovens que participaram da segunda etapa metodológica (entrevista episódica). Os trechos são seguidos pela identificação E (de entrevistado) e sua idade.

Falta formação educacional política. A gente teve um período nos governos do Brasil em que o nivelamento da educação básica teve um investimento maior, mas a gente nunca teve a preocupação em formar cidadãos, apenas houve a preocupação de gerar consumidores, mas não cidadãos. E por isso estamos nesse limbo em que as pessoas acreditam em fake news, não estão dispostas a dialogar e nem mesmo conhecem seus direitos, porque é uma geração que não teve formação política e cidadã. Falta educação. (E13, 21 anos).

Hoje em dia não dá pra dizer que você não sabe o que está acontecendo. A não ser que não tenha o mínimo interesse. Mesmo vivendo cada um em uma bolha, a gente tem acesso às informações. É mais democrático do que na época dos nossos avós e pais, as pessoas têm mais acesso à informação e podem se empoderar disso. (E26, 26 anos).

A juventude tem vivido uma época em que o leque de informação a respeito do que existe é muito maior. Ao passo que existe uma ala da sociedade, e até o governo, que se interessa pelas coisas obscuras, que quer esconder, cortar pela raiz. (E21, 23 anos).

A mídia tem participação massiva na criminalização dos atores sociais que se envolvem com a política. Eles desenham um discurso que a política só traz malefícios, que o Estado tem que ser cada vez menor. Raramente vemos com destaque matérias que mostram as políticas públicas como direitos e a busca por direitos também como um direito. (E6, 25 anos).

As pessoas têm uma visão muito exagerada do potencial da internet. Todo mundo fala, ok. Mas quem, de fato, te escuta? Ainda é um espaço de poder onde quem tem voz de verdade são as pessoas privilegiadas. Não vejo como um espaço democrático. É mais um canal de participação e informação, mas ainda muito focado naqueles que têm voz, que têm seguidores e acesso, que são basicamente as pessoas que já são ativas no off-line, e aí ganharam mais espaço. (E25, 28 anos).

Todo tipo de democratização é sempre positiva. Então, quando vemos que cada vez mais pessoas têm acesso à internet e outras tecnologias isso é positivo. Mas acho que a gente ainda não viu uma geração que cresceu com um ambiente todo cheio de tecnologia. A gente vê muito como panaceia... um lugar em que tudo pode acontecer, todos os problemas da sociedade podem ser resolvidos. Mas não é assim na prática. (...) A importância do letramento digital entra aí, para compreender as potencialidades e as limitações das ferramentas, e também pra entender que não se pode limitar a participação apenas ao ambiente virtual. (E28, 24 anos).

Algumas Considerações: As Incertezas Acerca Das Mudanças Tecnológicas

Considerando o conceito de literacia midiática como a habilidade de acessar, compreender e criar comunicações em uma variedade de contextos é desejável que o jovem que possua um letramento digital razoável seja capaz de perceber-se como parte de um processo comunicacional, que saiba interpretar textos midiáticos, os seus discursos e intenções, que saiba produzir e avaliar sua produção midiática de maneira ativa e consciente e que possa compreender o que é proposto, debatido e informado pelos canais e veículos de mídia.

A partir da pesquisa que deu origem a este artigo, buscou-se evidenciar os padrões geracionais no uso das tecnologias, bem como padrões de classe, de acesso a serviços públicos e privados, e seu potencial para mobilizar opiniões e configurar ou reformatar movimentos de protesto e reivindicações sociais com pautas e abrangências locais e nacionais, ou de movimentos transnacionais com pautas inteiramente globalizadas.

Ainda que este artigo tenha a pretensão de oferecer recursos explicativos ou interpretativos para o avanço dos usos das TICs e as suas conexões com as novas formas de mobilização social, bem como o potencial da literacia midiática enquanto ferramenta facilitadora e impulsionadora da participação das juventudes brasileiras, também é importante salientar que as tecnologias não determinam plenamente as sociedades e os seus modelos de desenvolvimento econômico e político, mas constituem um fator preponderante para as formas de desenvolvimento avançado dos povos. Isto é, as TICs não constituem uma variável externa às relações culturais, mas elas mesmas tornam-se uma instituição que configura alternativas com amplas finalidades, que têm efeitos na produção e reprodução de grupos e influência os vários níveis de transformações sociais.

A maioria dos estudos sobre cultura digital e ciberdemocracia centraliza-se no papel das novas tecnologias nos processos de participação cidadã e reconfiguração do

espaço público. Com a modernidade, como é reconhecido pelos estudos de opinião pública a partir da década de 1930, a informação e a comunicação passam a desempenhar funções importantes na conformação de espaços de deliberação e representação política. A partir disso, é comum reconhecer que sem acesso à informação e ao espaço comunicacional, a liberdade de expressão e outros direitos sociais tendem a ser violados.

Assim, o conceito de tecnopolítica representa “um movimento de renovação política através da tecnologia social”. Essa, por sua vez, é entendida como compreendendo “produtos, técnicas e/ou metodologias reaplicáveis, desenvolvidas na interação com a comunidade e que representem efetivas soluções de transformação social” (BARRETO; PIAZZALUNGA, 2012, p. 4).

Com a tecnopolítica estamos frente a formas emergentes de cidadania, construção coletiva e interação cidadã com sistemas modernos de comunicação, tendo a cooperação e a organização de redes cívicas e o desenho da organização da mudança social como características e o cidadão como protagonista das transformações dos novos sistemas midiáticos.

A emergência de novos processos de participação local e global tem redefinido o contexto social de uso das tecnologias, como é o caso das iniciativas de netativismo pelo direito à cidade, como apontam Malini e Antoun (2013) e Maricato (2013), por exemplo.

Estamos frente a um novo modelo de mediação social, em que são necessários estudos sobre as experiências de inovação social participativas, bem como investigações sobre as novas formas de construção da cidadania e de subjetividades políticas. A nova configuração sociopolítica da era digital exige assumir a complexidade dos fluxos transversais de informação e conhecimento que permeiam as diferentes dimensões da vida cotidiana.

As novas tecnologias atuam sobre os subsistemas de produção, distribuição e consumo por um lado, e os mecanismos de reprodução social e de poder, por outro. Modificam as noções de tempo e espaço, poder e liberdade, individual e coletivo, público e privado, nacional e internacional, produtivo e improdutivo.

O advento da chamada sociedade da informação, a complexidade do desenvolvimento capitalista e a expansão do consumo cultural (bens simbólicos) se traduzem em um movimento de fragmentação e contradição social, resultando na configuração de diversos movimentos com identidades, objetivos e interesses particulares.

Na nova configuração social, passamos de uma ordem bipolar para uma complexidade polissêmica de discursos e práticas políticas plurais. O estudo das novas modalidades de ação coletiva, no contexto das tecnologias digitais, se configura em um campo interdisciplinar de investigação, o que pode ser evidenciado a partir da pluralidade de pesquisas, de diversas áreas, que abordam as temáticas centrais desta pesquisa: como participação, tecnologia e juventudes.

Os ambientes midiáticos modernos oferecem aos cidadãos a possibilidade de gerar seus processos comunicacionais de forma massiva e, assim, desafiar a hegemonia comunicativa, cultural, política e midiática dos meios de massa.

Referências bibliográficas

- BAQUERO, M. Construindo uma outra sociedade: o capital social na estruturação de uma cultura política participativa no Brasil. **Revista de Sociologia e Política**, n. 21, 2003.
- BARRETTO, S. F. A.; PIAZZALUNGA, R.. Tecnologias sociais. **Ciência e Cultura**, v. 64, n. 4, p. 4-5, 2012.
- CAROLYN, W. **Alfabetização midiática e informacional**: currículo para formação de professores. Brasília: UNESCO, UFTM, 2013. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0022/002204/220418por.pdf>>. Acesso em: 22 mai. 2021.
- CASTELLS, M. **A Sociedade em Rede**. v. 1. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- DALTON, R. J. Political support in advanced industrial democracies, in NORRIS, P. (ed.). **Critical citizens**: global support for democracy governance, Oxford, Oxford University Press, 1999.
- HACKER, K. L.; DIJK, J. V. **Digital Democracy**: issues of theory and Practice. London: Sage Publications, 2000.
- JENKINS, H. **Cultura da convergência**. São Paulo: Ed. Aleph, 2008.
- LEVINSON, P. **New new media**. Boston: Allyn & Bacon, 2009.
- LEVINSON, P. **Digital McLuhan**: A guide to the information millennium. Routledge, 2003.
- MALINI, F; ANTOUN, H. **A internet e a rua**: ciberativismo e mobilização nas redes sociais. Porto Alegre: Sulina, 2013.
- MARICATO, E. **Cidades rebeldes**. São Paulo: Boitempo/Carta Maior, 2013.
- MCLUHAN, M. **Understanding media**: The extensions of man. MIT press, 1994.

NOVECK, B. S. The single point of failure. In LATHROP, D.; RUMA, L. **Open Government**: collaboration, transparency, and participation in practice. Cambridge: O'Reilly Media, 2010.

OFCOM. **Ofcom's Strategies and Priorities for the promotion of Media Literacy - A statement**. Office of Communications: London, 2004. Disponível em: <https://www.ofcom.org.uk/data/assets/pdf_file/0017/50723/medialit.pdf>. Acesso em: 27 jun. 2021.

PAIS, J. M. **A construção sociológica da Juventude- alguns contributos**. Análise Social, vol. XXV, 1990. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/41010794?seq=2#page_scan_tab_contents> Acesso em: 15 jul. 2021.

POSTMAN, N. **Tecnopólio**. A rendição da cultura à tecnologia. São Paulo: Nobel, 1994.

SCOLARI, C. **Hipermediaciones**: elementos para una teoría de la comunicación digital interactiva. Barcelona: Editorial Gedisa, 2008.

SIERRA, F. **Políticas de comunicación y de educación. Crítica y desarrollo de la sociedad del conocimiento**. Barcelona: Editora Gedisa, 2006.

SILVA, F. A. B.; ZIVIANI, P.; GHEZZI, D. **As tecnologias digitais e seus usos**. Texto para discussão. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA. Brasília/Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_uuu2470.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2021.

TOFFLER, A. **The third wave**. New York: Bantam books, 1980.

TYNER, K. **Literacy in a digital world**. Mahwa: Lawrence Erlbaum, 1998.